

SERVIDORES DO GDF PERDEM AUMENTO

Alexandre Botão
Da equipe do *Correio*

SURGIU COMO A ESPERANÇA DE QUASE UM TERÇO DOS SERVIDORES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). AGORA, JÁ ERA. O POSSÍVEL AUMENTO SALARIAL QUE O GOVERNADOR CRISTOVAM BUARQUE E SUA EQUIPE ECONÔMICA ESTUDAVAM PARA SER CONCEDIDO, NO ANO QUE VEM, AOS 38 MIL SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA FICOU IMPOSSIBILITADO COM O PACOTE FISCAL ANUNCIADO ONTEM PELO GOVERNO FEDERAL.

“Falar em reajuste numa crise como essa seria irresponsabilidade”, reconheceu o secretário de Governo, Swedenberger Barbosa.

Cristovam já havia conversado com o secretário de Fazenda, Mário Tinoco, e o adjunto de Administração, Márcio Baiocchi, sobre o aumento, sem definir um índice para este reajuste. Recebeu de Tinoco a resposta de que deveria esperar até fevereiro do ano que vem — que é o período em que entra para os cofres do GDF a maior parte da arrecadação de impostos — para saber qual a possibilidade e de quanto seria o aumento.

É exatamente a relação com a arrecadação de impostos que inviabiliza o sonhado reajuste salarial. “O primeiro impacto do pacote no Distrito Federal é a redução do consumo da população, o que reduz o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e, consequentemente, o dinheiro que o governo arrecada”, explicou o secretário de Governo.

Swedenberger não admitiu, mas a queda na arrecadação do ICMS pode complicar até o pagamento dos salários da administração direta deste ano: “Já antecipamos 70% do 13º (salário) no meio do

ano, o que dá uma certa folga, mas ainda não sabemos a dimensão desta redução do ICMS”, ressaltou o secretário.

Os outros 99 mil funcionários do GDF pagos com recursos do governo federal (das áreas de Saúde, Educação e Segurança) podem, a princípio, ficar tranqüilos. O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, disse que o pacote fiscal não afetará em nada o repasse de verbas da União para o pagamento de salários do GDF.

OBRAS

O governador Cristovam Buarque não quis comentar as medidas do governo federal. Ele disse que prefeira esperar para conversar com o secretário de Fazenda, Mário Tinoco, que está em viagem à Espanha, para ter uma idéia melhor sobre o impacto do pacote no governo local.

Mas é certo que Cristovam, mais que nunca, precisará ter fé no governo federal. Além de rezar para que os repasses da União consigam quitar a crescente folha salarial dos funcionários de Saúde, Educação e Segurança, o governador deve apostar em uma conversa que teve com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o empréstimo que o GDF está fazendo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). São mais de R\$ 130 milhões a serem usados em obras no Distrito Federal, entre elas a Barragem do Pipiripau, pavimentação em Santa Maria, São Sebastião e Samambaia, e esgoto no Gama e Recanto das Emas.

Com as novas regras que limitam o endividamento dos estados, o Distrito Federal terá dificuldades em conseguir aval para contrair este empréstimo do BID: “Não podemos ter certeza do que vai acontecer, mas acreditamos que o empréstimo está mantido, porque já houve uma conversa entre o governador e o ministro Malan neste sentido”, justificou o secretário Swedenberger Barbosa. “Não há porque interromper o entendimento anterior”, sustentou.

Em relação ao assunto mais espinhoso para o GDF — possíveis demissões — o secretário de governo foi escorregadio: “Não haverá demissão em massa, mas continuaremos nosso planejamento, que já ví-nhamos fazendo, de enxugar a máquina. Ou seja, há órgãos que podem deixar de funcionar sem prejuízo para o Estado”, resumiu.

Raimundo Paccó



Cristovam Buarque: cancelado o reajuste, preocupação agora é não perder o empréstimo do BID para obras sociais